

O ESTADO E OS TERRITÓRIOS DO CARNAVAL DE CURITIBA

Autora: Isabela Borghetti Miranda

Filiação institucional: Universidade Federal do ABC (UFABC)

E-mail: miranda.isabela@ufabc.edu.br

RESUMO

Considerando o direito à cidade como primordial para a existência humana, e, conforme exposto por Lefebvre, sendo por meio das festas a melhor maneira de exercer esse direito, este trabalho analisa a relação da gestão municipal de Curitiba com o carnaval. Apesar de não se configurar como um dos grandes carnavais do Brasil, é inevitável a conclusão que a festa momesca existe e está em expansão na capital paranaense, tornando necessária a discussão acerca dos embates entre a Prefeitura e a comunidade, principalmente no que diz respeito aos locais de ocorrência dos eventos.

Palavras-chave: direito à cidade; carnaval; Curitiba.

GT 11 – Práticas culturais na produção da cidade

1. INTRODUÇÃO

O carnaval, festa urbana por excelência, em qualquer de suas diversas formas de manifestações, abarca uma série de relações e conflitos da sociedade em que se manifesta. Ao ocupar o espaço público das cidades com fantasias, carros alegóricos e instrumentos musicais, expõe uma série de conflitos e diálogos promovidos por ele e que também o promovem. O espaço público pode ser pensado como a arena necessária para a realização, transmissão e a publicização de diferentes manifestações culturais, que trazem em seu bojo questões como cidadania, saberes populares e disputas políticas internas (BLUM, 2013).

Nas cidades brasileiras percebem-se três tipos de eventos carnavalescos distintos: (i) o carnaval organizado, marcado por desfiles oficiais, patrocinados pelo poder público ou órgão

de imprensa, que agrega escolas de samba, blocos e/ou outros tipos de sociedades carnavalescas; (ii) o carnaval de salão, caracterizado por festas e bailes fechados, realizados principalmente por clubes com acesso restrito aos sócios, convidados ou pagantes; e (iii) o carnaval espontâneo, das folias de rua, próprias do carnaval popular, aberto à participação de qualquer pessoa. Os dois primeiros caracterizam-se por um caráter excludente, enquanto o carnaval espontâneo apresenta um lado mais democrático e diverso dessa festa (ARAÚJO apud BRAGA E VIEIRA, 2013).

Conforme apontam Siqueira e Vasques (2015), o carnaval de rua possui significativo potencial de uso e domínio do urbano. Embora essa apropriação da cidade só ocorra por aproximadamente um mês ao ano - considerando que os blocos iniciam antes e continuam ocorrendo depois do feriado de carnaval -, a interação com o espaço público e o abandono do ambiente privado são fundamentais para construir nos cidadãos o sentimento de pertencimento à cidade.

O presente estudo tem como objeto de pesquisa a relação entre o carnaval e a gestão municipal de Curitiba, pois, conforme afirma Viacava (2010), o carnaval não pode ser entendido como uma manifestação fechada em si mesma, mas que se relaciona com os mais diversos agentes e circula em múltiplos contextos sociais. Curitiba não se apresenta como polo do samba e não possui um sambódromo, mas, para além do carnaval espontâneo que ocorre na cidade, há escolas de samba, que desfilam na avenida ao som de seus sambas-enredo e participam do concurso organizado pela Fundação Cultural de Curitiba (FCC), tornando dúbia a afirmação de que na capital paranaense não existe carnaval.

2. FESTAS E CIDADES

Lefebvre (1991), que em seu livro “O Direito à Cidade” cunhou a expressão pela primeira vez, afirma que esse só pode ser formulado como direito à vida urbana, e que se manifesta como forma superior de outros direitos: à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar; além de implicar no direito à apropriação (que é distinto ao direito à propriedade) e à obra (nesse contexto entendida como a cidade).

Em “A Política”, Aristóteles (2007) traz que o ser humano é naturalmente político, tem a pólis em sua natureza ou foi feito para a pólis. Assim, a relação entre homem e cidade faz do

direito à cidade condição fundamental à existência humana, pois retirar o homem da cidade é retirá-lo de sua própria essência. No mesmo sentido, David Harvey (2008) afirma que o direito à cidade não é a liberdade individual de acesso aos recursos urbanos, mas que é o direito do indivíduo mudar, conforme muda a cidade. Diz, ainda, que é um direito coletivo antes de individual, já que essa mudança depende do exercício coletivo de moldar o processo de urbanização.

De acordo com Monte-Mór (2005), a urbanização como hoje é entendida se iniciou na transformação da *cidade mercantil* em *cidade industrial*, marcada pela entrada da indústria na cidade. Na *cidade industrial*, a indústria impõe sua lógica à cidade, e o espaço urbanizado passa a se constituir em função das demandas do Estado em atender à produção industrial e às necessidades de reprodução coletiva da força de trabalho. Entretanto, a cidade, enquanto lócus da tríade do excedente coletivo, do poder político e da festa, não desaparece, pois representa e sintetiza a sociedade que a gerou.

A festa, enquanto elemento intrínseco da cidade, pode ser melhor entendida ao analisar os escritos de Mumford (1965), que também afirma que a origem das cidades está ligada à predisposição do homem para a vida em sociedade. Nesse sentido, pontua que a cidade era um ponto de encontro, onde as pessoas periodicamente se encontravam, antes de ser um local de residência fixa. Assim, afirma que o germe da cidade é o espaço de encontro cerimonial, é a festa (apud BEZERRA, 2008).

Além de também considerar a festa como um dos elementos originais das urbes, Lefebvre (1991) afirma que é principalmente pela festa que se utiliza a cidade, ou seja, suas praças, ruas, edifícios e monumentos; a festa nasce como oportunidade de experiência e apropriação do espaço urbano. Sobre essa apropriação, o autor destaca que a cidade deve se reafirmar como lugar de encontros e de vivências do lúdico, a fim de acabar com a dicotomia da vida cotidiana/festa ou cotidianidade/lazer. A festa deve ser restituída na cidade para transformar a vida cotidiana, restituindo a apropriação da cidade pelos cidadãos.

No mesmo sentido, Guimarães e Torres (2014) salientam que a festa transforma a cidade em espaço de troca e interação, por meio dos eventos festivos é que os cidadãos exercem seu direito à cidade, apropriando-se de toda arquitetura urbana. Assim, a festa se faz elemento articulador desse direito, atingindo a vivência urbana por completo e, dessa forma, se faz

essencial para a construção da cidadania, ao mesmo tempo que confere fruição e alegria à vida urbana e, dessa forma, a cultura se constitui como recurso da sociedade como forma de participar da vida urbana e se posicionar politicamente.

Para Bakhtin (1987) a festa é essencial para a civilização humana, pois, ao se libertar de todo utilitarismo e finalidade prática, se constitui como meio de entrar temporariamente em um universo utópico. Sapia (2016) entende essa utopia no sentido de sonho, projeto e esperança, e coloca que as festas são movimentos coletivos com capacidade de abrir frestas pelas quais novas narrativas são construídas, produzindo memórias sobre a cidade e sobre os laços que os cidadãos estabelecem com seus territórios.

As festas são utilizadas, também, para afirmar a coesão dos habitantes das cidades, bem como para construir uma unidade e ressignificar a identidade de grupos subalternizados, de acordo com Bezerra (2008), que cita, como exemplo, as festas da população negra do período colonial na Bahia, que possibilitaram rituais de identidade étnica, reunião solidária de escravos libertos e até ensaios para levantes contra brancos.

3. CARNAVAL CURITIBANO

O carnaval brasileiro é caracterizado por uma multiplicidade de manifestações culturais e mobiliza desde grandes centros urbanos a pequenas vilas em todo o país. Dentre essas manifestações, pode-se citar o Frevo, o Maracatu, as Matrizes do Samba e o Samba de Roda do Recôncavo Baiano – todos sob a salvaguarda do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que visa a transmissão desses saberes e práticas (IPHAN, 2016). Pode-se citar, também, o carnaval de Ouro Preto (MG) caracterizado pelas festas organizadas pelas repúblicas universitárias; o carnaval de Votuporanga (SP) que atrai cerca de 2 milhões de foliões para um festival privado; ou os diversos carnavais em Sambódromos (Vitória (ES), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), dentre outras cidades), além dos clássicos cordões e camarotes dos trios elétricos em Salvador e do carnaval de rua do Rio de Janeiro, Olinda e Recife.

Em um levantamento realizado em 2005 pela Secretaria da Cultura do Estado do Paraná acerca das festas populares presentes no território paranaense, foram identificadas a Congada, o Fandango, a Festa do Divino, as Cavalhadas, a Folia de Reis e o Carnaval. Foram citados os carnavais de onze cidades: Antonina, Astorga, Campo Mourão, Curitiba, Irati, Ivaeté, Londrina,

Matinhos, Paranaguá, Pontal do Paraná e São José dos Pinhais. O carnaval curitibano, entretanto, recebeu a seguinte descrição: “O carnaval curitibano é uma tradicional manifestação do povo, que teima em existir apesar das dificuldades que surgem a cada ano”, cenário que pode ser compreendido como resultado das visões administrativas das diferentes gestões municipais sobre o evento (BLUM, 2013).

O carnaval de Curitiba sempre foi alvo de comentários pejorativos, dentre as afirmações mais recorrentes está a de que “Curitiba não tem carnaval”. Afirma-se que, por causa da sua colonização, o curitibano não tem gingado e, devido ao seu perfil conservador e elitista, não gosta do carnaval, cujo caráter de festa genuinamente popular não se desenvolveu aqui, como em outras regiões do Brasil (FREITAS, 2004).

Movimentos para acabar com o carnaval curitibano são constantes e, como será apresentado no decorrer deste artigo, ocorrem desde o século XIX, sendo corroborados por um acervo de piadas acerca do “carnaval polaco” da cidade – cuja folclórica e desajeitada existência se expressaria pela falta de jogo de cintura dos passistas “brancos”, baianas sem cor e baterias sem ritmo. Com tantas adversidades, se pergunta: existe, de fato, espírito carnavalesco em Curitiba? Há quem diga que a “cidade” não deseja a festa carnavalesca e surgem, a cada ano, propostas para utilizar o feriado para atividades mais “apropriadas” ao *ethos*¹ da cidade, como festivais de música clássica, cinema, dança, dentre outros (BAPTISTA, 2007).

A exemplo desses movimentos, em 15 de fevereiro de 1989, no jornal o Estado do Paraná, circulava a notícia a respeito da intenção de transformar Curitiba na capital do "Anti Carnaval", e dizia que em 1972 duas assessoras do então prefeito Jaime Lerner advogavam a ideia de, ao invés de gastar milhões de cruzeiros tentando forçar um carnaval, a prefeitura deveria estimular concertos, seminários e outros eventos capazes de atrair as pessoas que detestam carnaval.

Em 18 de maio de 2019, o governador Carlos Massa Ratinho Jr, durante a 25ª Marcha para Jesus, incentivou os organizadores a criarem um evento de fé, semelhante à Marcha,

¹ Na antropologia, *ethos* está relacionado ao caráter, valores, ideias ou crenças fundamentais e peculiares a determinado povo, cultura ou época que influenciam suas manifestações e expressões artísticas e culturais.

durante o período carnavalesco, a fim de atrair turistas de todo Brasil para a capital paranaense, como pode ser observado em notícia veiculada pelo Portal Bem Paraná.

Entretanto, festas carnavalescas ocorrem em Curitiba desde o século XIX. Assim como ocorreu em outras cidades brasileiras, a primeira forma de brincar o carnaval na capital paranaense foi por meio do entrudo, brincadeira com certa dose de brutalidade, nas quais quase tudo servia para ser arremessado contra o outro: água, farinha, fuligem, urina, “limões de cheiro”², etc. Brincar esse primeiro carnaval curitibano não exigia nenhum planejamento, as pessoas não se organizavam em blocos, nem usavam fantasias. A festa do entrudo foi duramente reprimida pelas autoridades coloniais em todo o país, mas levou muitos anos para desaparecer por completo (VIACAVA, 2010).

Apesar de popular, o entrudo reproduzia as regras do estatuto vigente no que diz respeito à separação das classes sociais – que não se comunicavam. Os escravos eram excluídos desses eventos em razão do sistema escravocrata vigente no país. Era comum surgirem anúncios nos jornais prometendo o pagamento de recompensas pelos “negros fujões”, que aproveitavam o período da festa para fugir da escravidão (FREITAS, 2004).

De acordo com Viacava (2010), a superação do entrudo em Curitiba coincide com a emancipação política do Estado do Paraná, decretada por D. Pedro II em 29 de agosto de 1853, a partir de quando Curitiba se tornou capital e procurou acompanhar os modismos da sede do Império, o Rio de Janeiro – que, por sua vez, seguia as tendências dos bailes franceses e das brincadeiras italianas. O primeiro baile ocorreu, de acordo com o Jornal O Dia, no sábado de Aleluia de 1854, no dia 27 de fevereiro. O “Baile de Mascarados” aconteceu no antigo Teatro de Curitiba, no atual Setor Histórico. A partir de então, praticamente todos os clubes curitibanos começaram a realizar tais eventos. Esses primeiros bailes eram animados por orquestras, que tocavam modinha, valsa e polca, somente após os anos 20 que o choro e as marchinhas se tornaram as principais trilhas sonoras das festividades nos clubes.

No início do século XX a festa momesca alterava a rotina dos moradores da cidade. Além dos bailes nos salões dos clubes, os membros dessas sociedades organizavam o Corso

² Limões de cheiro, ou laranjas de cheiro, era o nome pelo qual eram chamadas as pequenas bolas de cera recheadas de águas perfumadas característica do carnaval do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX. Os limões de cheiro eram manufaturados nas casas senhoriais e usados preferencialmente no entrudo familiar. Muitos escravos produziam limões de cheiro que eram vendidos em tabuleiros pela cidade no período do Carnaval. (FERREIRA, 2004)

Carnavalesco: um desfile de carros alegóricos pelas ruas da cidade, inicialmente composto por charretes puxadas a cavalo. A maioria dos organizadores pertenciam a famílias de classe alta e tinham contato com os comerciantes locais – que patrocinavam a execução dos carros alegóricos. O povo vinha atrás dos carros abertos, todos enfeitados com flores, confetes e serpentinas. Em 1900, os jornais anunciavam que nos dias 25, 26 e 27 de fevereiro todas as linhas dos bondes teriam seus horários de funcionamento alterados até a uma hora da madrugada, para que grupos de jovens saíssem às ruas em carros abertos, acompanhados de bandas de músicas (VIACAVA, 2010).

Ainda sobre esse momento do carnaval de Curitiba, Viacava (2010) traz que o Corso começou a adquirir maior visibilidade quando começou a satirizar personagens da política local, situação evidente em 1915 quando o “Corso Maldito”, como ficou conhecido, criticou as obras faraônicas do prefeito Cândido de Abreu e do presidente do Estado, Carlos Cavalcanti. Em 1919³ houve um aumento significativo dessa festa, sendo registrados 623 carros alegóricos – 573 automóveis, 39 autocaminhões e 11 carrocinhas. Ao contrário de outras cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, onde a folia se espalhava pelos bairros, Curitiba concentrou a festa carnavalesca na região central.

O curso entrou em decadência a partir dos anos 40, os motivos não são especificamente delimitados, mas escritos enfatizam que ao substituir carroças por automóveis motorizados, os carros ideais para os desfiles eram os conversíveis, cujo preço de aluguel era muito elevado e, assim, o curso perdeu espaço para os novos blocos carnavalescos, segundo Viacava (2010).

Os primeiros blocos carnavalescos de Curitiba, que substituíram as saídas das tradicionais associações em carros alegóricos, surgiram na década de 1930. Formados por pouco mais de 20 ou 30 pessoas de alguns clubes da cidade, buscavam trazer para a capital paranaense o carnaval brasileiro que começava a se tornar a grande festa nacional (FREITAS, 2004).

Já na década de 40 surgiram as primeiras Escolas de Samba de Curitiba. A maioria dessas surgiu como desdobramento dos blocos, sendo o caso da Escola de Samba Embaixadores

³ O atual momento vivido pela sociedade global, trouxe à tona uma série de reportagens a respeito do carnaval de 1919 em diversas cidades do Brasil, caracterizando-o como o “maior carnaval de todos os tempos” devido ao fim da gripe espanhola, tornando a reflexão acerca da gestão do próximo carnaval pauta ainda mais pertinente, considerando a superação da pandemia da COVID-19.

da Alegria, de 1948, composta por foliões do Clube Thalia; a Não Agite, formada por torcedores do Curitiba Foot Ball Club em 1953; e a D. Pedro II, desdobramento do bloco Asas da Alegria, do Clube Ícaro. A única Escola de Samba desse período que apresenta uma origem diferente é a Escola de Samba Colorado, a primeira formada em Curitiba (VIACAVA, 2010).

Freitas (2004) conta que as atividades da Escola de Samba Colorado tiveram início em 1945, na antiga Vila Tassi. Além de pioneira enquanto Escola de Samba, a Colorado foi a primeira a ser formada por elementos oriundos das camadas mais pobres da sociedade, uma Escola eminentemente popular que tinha, além dessa, outra característica que a diferenciava das demais agremiações carnavalescas de Curitiba: a sua batida, sendo vista a sua Bateria como a única que produzia uma batida semelhante à das escolas do Rio de Janeiro.

Caroline Blum (2013) expõe que, por opção da própria comunidade do samba, na década de 80 a maioria dos Blocos se transformou em Escolas de Samba, devido ao desejo de se apresentarem no carnaval com um enredo, carros alegóricos e divisão de alas. A autora diz, ainda, que esse processo não foi exclusivo da capital paranaense, devido à influência dos processos de modernização e à política do Estado Novo. Dessa forma, a população de Curitiba se encontrou sem uma opção para brincar o carnaval de maneira ativa, sem ser mero espectador de um espetáculo.

Esse processo de “modernização” do carnaval, iniciado em 1952, acarretou na burocratização da festa; as regras impostas pela Prefeitura visavam regulamentar até a quantidade de instrumentos de sopro que as Escolas poderiam utilizar em seus desfiles. Assim, o carnaval curitibano foi perdendo o ar da espontaneidade e acabou asfixiando, por exemplo, a Escola de Samba Colorado, que desfilou pela última vez em 2000 (FREITAS, 2004). O tópico a seguir discorre de maneira mais detalhada acerca das normativas que enfraquecem o carnaval na cidade de Curitiba.

4. A GESTÃO MUNICIPAL DO CARNAVAL CURITIBANO

A festa confere ao poder político a sua legitimação, pois estabelece como, quando, onde e o que deve ser celebrado, ritualizando a relação do povo com sua autoridade. Entretanto, o poder público sabe que festa e revolta sempre estiveram associadas, então, impor limites a esse fenômeno é o meio mais fácil de controlar o coletivo (BEZERRA, 2008).

Baptista (2007) traz que em 1729, antes de Curitiba se emancipar politicamente de São Paulo, os bailes de fandango eram proibidos, especialmente aqueles com a participação de escravizados – e tais bailes e o entrudo têm origens muito próximas. Em 1807 um Edital determinou que, para evitar os bailes nos quais costumavam entrar escravos, foi determinada a pena de cinquenta açoites no Pelourinho e trinta dias de cadeia, além de multa de seis mil réis aos que cedessem espaços para esse fim, conforme mostram os registros do “Livro dos 300 Anos da Câmara Municipal de Curitiba”.

Com a popularização do entrudo, assim como em outras regiões do Brasil e até mesmo da Europa, as autoridades tentavam suprimir a brincadeira, considerada violenta e de mau gosto, e em 1861 foi promulgada a Lei que proibia a venda de “limões de cheiro” e, de acordo com Blum (2013), a maioria dos dispositivos legais promulgados nessa década pela Câmara de Curitiba, era voltada à conduta dos costumes. A autora afirma que tais “manuais”, além de refletirem certos preconceitos dos grupos dominantes, visavam uma aproximação dos hábitos da burguesia europeia. Nesse contexto, as danças regionais (incluindo o carnaval) receberam muita atenção das elites locais. A proibição se justificava pelo caráter lascivo e de “devassidão” dessas festas (PEREIRA apud BLUM, 2013).

Com a superação do entrudo e a consolidação dos bailes nos clubes, ainda que o poder público não regulasse tais festas, Freitas (2004) aponta que, em 1938, o Clube Curitibano proibia terminantemente as fantasias “de malandro” ou quaisquer que exigissem o uso de camisas de manga curta, macacão ou outras indumentárias que atentassem contra o pudor, permitindo apenas o ingresso com fantasia fina ou traje a rigor.

Como citado anteriormente, o primeiro concurso do carnaval de rua de Curitiba foi organizado pelo jornal A Gazeta do Povo. O jornal impunha poucas regras para a realização do concurso, cuja participação era feita através de inscrição gratuita e admitia a participação de foliões isolados. A intervenção do poder público municipal no concurso carnavalesco começa a surgir na década de 50. Jornais de 1952 diziam que naquele ano ocorreria um ressurgimento da alegria, graças ao apoio da prefeitura de Curitiba que, tendo instituído uma Comissão Municipal, determinou o roteiro do concurso, o tempo de apresentação, escolheu a Rainha do Carnaval de Curitiba e relacionou as músicas que seriam cantadas nos desfiles. No ano seguinte,

os jornais já noticiavam que somente desfilariam os blocos em acordo com o exigido pela Comissão de Festejos do Carnaval (FREITAS, 2004).

Em 1973, na primeira gestão do prefeito Jaime Lerner, é criada a Fundação Cultural de Curitiba (FCC). Baptista (2007) afirma que as políticas culturais do município, voltadas para a classe média, buscavam enquadrar as dinâmicas culturais na organização espacial intrínseca às políticas públicas e concepção da identidade da “cidade-modelo”. A autora afirma que:

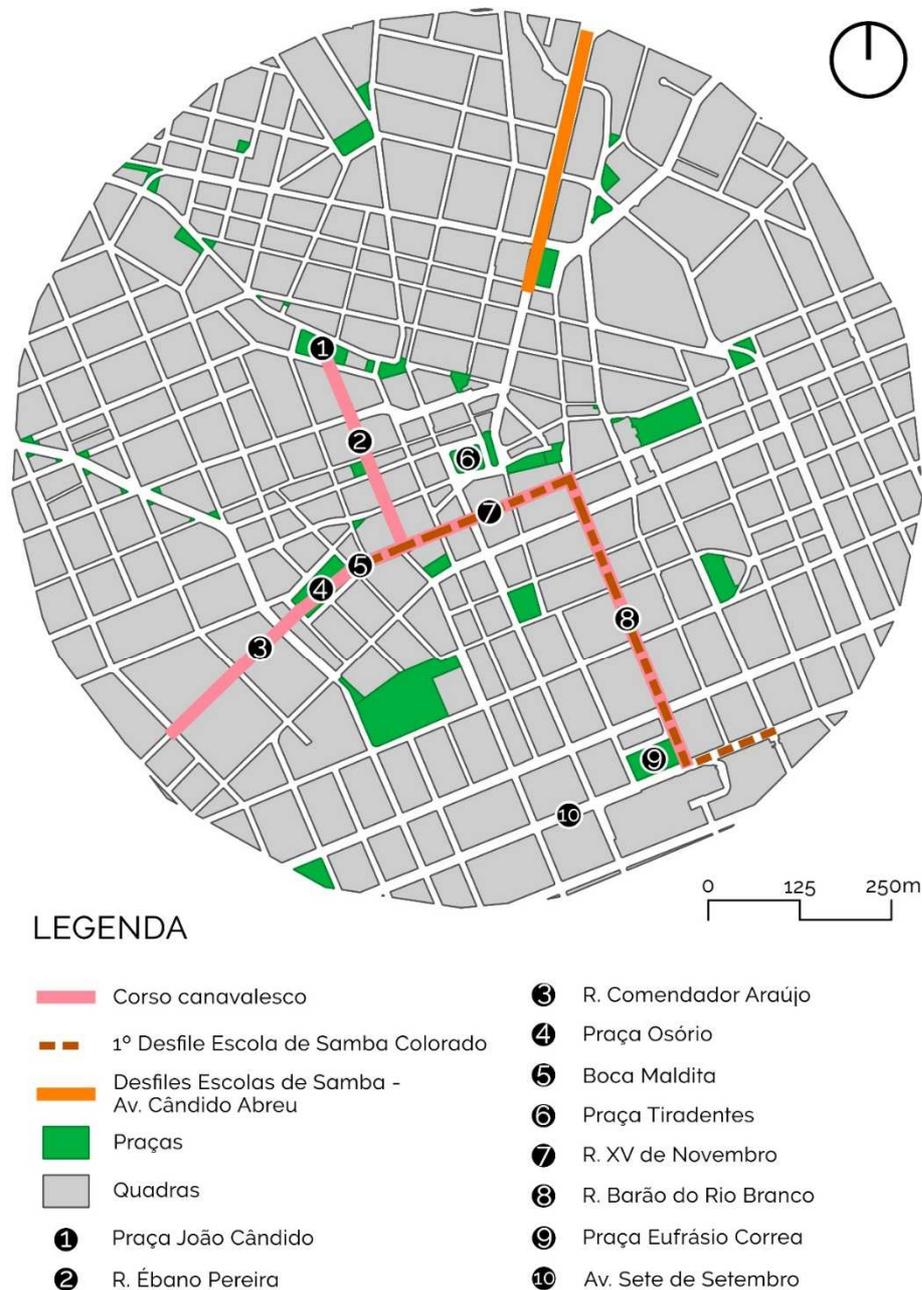
“Na realidade, trata-se da busca de uma “adequação” entre o modelo vigente de agenciamento cultural, baseado em uma espécie de “curadoria” implícita, sempre mediada por alguma regra ou formalidade, e as demandas populares.”

O carnaval curitibano é, para a autora, um exemplo dramático do cenário exposto, anualmente ocorrem embates entre a FCC e as Escolas de Samba, não sendo apenas referente à questão da verba - sempre pouca e demorada, mas também pelo seu “lugar” dentro da cidade. Dentre as regulamentações da gestão municipal acerca do carnaval curitibano, as mais emblemáticas dizem respeito ao espaço de realização dos desfiles. Viacava (2010), inclusive, divide as fases do carnaval na cidade de Curitiba de acordo com os locais dessa festa no decorrer dos anos:

- 1946 – 1970: período de consolidação do samba em Curitiba, os desfiles ocorriam na Rua XV de Novembro.
- 1971 – 1998: denominado como o período áureo do carnaval, nessa fase o desfile foi transferido para a Av. Marechal Deodoro, devido ao aumento no número de componentes das Escolas de Samba e dos espectadores - as Escolas Embaixadores da Alegria e Mocidade Azul registraram mais de mil componentes cada.
- 1999 – 2013: período marcado por crise nas Escolas de Samba, devido à falta de espaços para ensaiar, falta de verba e a transferência do desfile para a Avenida Cândido de Abreu, contrariando a vontade dos carnavalescos do município.
- 2014 – Atualmente: retorno do desfile à Avenida Marechal Deodoro, devido a reivindicação histórica das Escolas de Samba.

A Figura 1 ilustra os espaços públicos de Curitiba relacionados à ocorrência dos principais eventos carnavalescos em Curitiba, desde o início do séc. XX.

Figura 1 – Locais relacionados à história do carnaval de Curitiba.



Fonte: Elaboração própria.

A partir de 2006 a relação das Escolas de Samba e da FCC passou a ser intermediada pelo Edital de Carnaval, mecanismo burocrático ligado a uma concepção “cariocêntrica” de desfile carnavalesco. Tal necessidade de espetacularização é apontado como fator para o sufoco do carnaval em diversas cidades, entre elas Curitiba. (BLUM, 2013)

A Lei Municipal 14.156/2012 criou a Comissão do Carnaval de Curitiba, de caráter permanente, e oficializou o carnaval como Festa Oficial de Curitiba – restringindo-o ao desfile das Escolas de Samba e Blocos Carnavalescos legalmente constituídos como pessoa jurídica. Ainda assim, de acordo com Rohden (2018), em 2017, durante a gestão do prefeito Rafael Greca (Partido da Mobilização Nacional, PMN) os recursos para o desfile das Escolas de Samba foram cortados drasticamente e não ocorreu disputa pelo título, voltando a ocorrer normalmente no ano de 2018.

Em um de seus contos, Cristovão Tezza (2004) traz “Carnaval em Curitiba? Não dá. O sujeito pula na rua, alegrinho, vem o guarda e prende!”, mas, apesar das dificuldades impostas à festa momesca em Curitiba, é possível perceber um aumento considerável do carnaval espontâneo no município.

5. A RETOMADA CARNAVALESCA CURITIBANA

Devido às dificuldades institucionais para realização de desfiles de Escolas de Samba em Curitiba, e considerando a vontade da população de ter uma forma ativa de brincar o carnaval, novos blocos têm se estabelecido na capital paranaense. A respeito desses blocos, Rohden (2018) traz em sua reportagem a fala de André Daniel, integrante de um dos blocos independentes, que diz que: *“A gente vem de outra corrente que não quer passar por todas essas burocracias de alvará, pedidos de limpeza, policial, e bláblá - uma enrolação toda”*.

Garibaldis e Sacis (GeS), o primeiro desses novos blocos, surgiu em 1999. Se as Escolas de Samba buscam mostrar um espetáculo, o Garibaldis desde o início se propunha a ser “um bloco de merda”, como declarou um de seus fundadores, Itaércio Rocha, durante uma saída do bloco em 2012 (BLUM, 2010).

Driessen (2010) diz que a opção pela espontaneidade foi uma escolha consciente feita pelo grupo e só foi possível por se definirem como um grupo pré-carnavalesco, uma vez que o carnaval oficial de Curitiba é altamente burocratizado.

Na reportagem especial veiculada na Gazeta do Povo em comemoração aos 20 anos do Bloco, Maes (2019) conta que as primeiras saídas ocorreram aos domingos, após a Feira do Largo da Ordem, de forma a atrair o público que já estava ali. Em entrevista para a jornalista,

Pedro Solak conta que no primeiro ano saíram só com instrumentos e voz e com o tempo passaram a ter megafones e carros de som.

O bloco, que realizava as saídas de forma independente, sem apoio ou qualquer tipo de financiamento, começou a encher as ruas do Centro Histórico de Curitiba, inicialmente com centenas e, mais recentemente, até milhares de foliões, durante os quatro domingos que antecedem o carnaval (DRIESSEN, 2010).

Blum (2013) diz que gradualmente o bloco foi sendo cooptado pela Fundação Cultural de Curitiba (FCC) para fazer parte da agenda oficial do carnaval de Curitiba, promovendo brincadeiras nas Ruas da Cidadania e ministrando oficinas carnavalescas. Desde 2014 o bloco promove, anualmente, em parceria com a FCC, uma saída no bairro Sítio Cercado – a fim de descentralizar a festa, e um desfile na Rua Marechal Deodoro em trio-elétrico.

Além do crescimento do próprio Bloco Garibaldi e Sacis, percebe-se um aumento no número de blocos na cidade e, conseqüentemente, no número de foliões. A reportagem de Jessica Maes (2019) traz, também, trecho de entrevista com Marcel Cruz, cantor do Garibaldi:

“A gente desfaz essa falácia de que Curitiba não tem carnaval, prova que tem e sempre teve, e as pessoas vão ficando mais engajadas com a festa. Agora têm pelo menos mais dez blocos na cidade. Isso significa um trabalho que germinou e está dando frutos. A gente está muito feliz com esse movimento e quer que tenha muito mais blocos na cidade”.

Pedro Oliveira, que começou a tocar no GeS e hoje também é integrante dos blocos 10afinados & Daí, Burlusco Cachorras e Brasilidades diz: *“são blocos com inúmeras bandeiras, cores e formas de resistência. A defesa pela cultura que acontece nas ruas, com os blocos é linda!”*. Pedro Solak, por sua vez, diz à jornalista que a cidade aprendeu a ir pra rua e o bloco fez parte do processo de entendimento de que a rua é o lugar do cidadão. Além da apropriação do espaço urbano e das manifestações políticas e culturais, os blocos de rua movimentam a economia no centro da cidade:

“Alguns nichos, como os bares, sabem que [os blocos] dão lucro”, diz Solak. Mas a geração de renda não para por aí. “Tem uma quantidade de gente que faz camiseta [dos blocos], tem as costureiras

e os tecidos [das fantasias]. Tudo isso gera lucro. Têm ainda as vendas de glitter, confete, serpentina, perucas – isso sem contar técnicos de som, equipamento, pneu, borracharia, combustível” (MAES, 2019).

Rohden (2018) corrobora essa percepção da ascensão do carnaval de rua de Curitiba:

“O pré-carnaval independente de Curitiba vem crescendo nos últimos anos. Os blocos começaram a tomar as ruas com marchinhas, fantasias e purpurinas já em janeiro e a programação segue para além da quarta-feira de cinzas.”

A respeito dos blocos curitibanos, algumas considerações merecem ser realizadas. Dos 17 blocos que se apresentaram em Curitiba em 2019, dois tem versões infantis – é o caso do Garibaldinhos (do bloco GeS) e Siribloquinho (do Siribloco). Por sua vez, a Bloca Ela Pode Ela Vai, formada em 2018, se identifica como um bloco de carnaval que quer estar junto para batucar e ocupar as ruas, estando ligado às resistências e lutas feministas e anticapitalistas.

O Bloco Afro Pretiniosidade, com sede na Vila Torres e composto por 95% de pretos e pretas, busca *“inserir as reflexões sobre as questões raciais e valorizar a cultura da periferia, que muitas vezes é deixada de lado”*, explica Angela Maria da Silva, coordenadora do Bloco, em entrevista para Ana Carolina Caldas (2019).

A Bloca Saí do Armário e Me Dei Bem (Figura 2) une militância pelos direitos da população LGBTI com a festa carnavalesca, fazendo paródias de marchinhas que são ofensivas ou reforçam estereótipos de gênero; por exemplo: a famosa *“Maria sapatão, sapatão, sapatão, de dia é Maria, de noite é João”*, é transformada em *“Maria sapatão, sapatão, sapatão, deixa as gurias, piscando de tesão”* (ROHDEN, 2018).

Outras bandeiras também são levantadas, como, por exemplo, do cicloativismo, pelo Bicibloco, e da legalização da maconha, pelo Batucannabis (Figura 3).

Figura 2 – Bloca Saí do Armário e Me Dei Bem.



Fonte: Coletivo Fotofolia (2019).

Figura 3 – Bloco Batucanabis.



Fonte: Coletivo Fotofolia (2019).

Conforme exposto anteriormente, essa retomada do carnaval espontâneo está ocorrendo na capital paranaense desde 1999, com o surgimento do Garibaldis & Sacis. Com números recordes observados em 2019, a Fundação Cultural de Curitiba lançou o Edital nº 006/2019, para o cadastramento dos blocos para o carnaval e pré-carnaval de rua de 2020. Além de definir um número máximo de 35 desfiles – com no máximo 1999 participantes cada – e limitar suas ocorrências às sextas, sábados e domingos, o edital definia os dois circuitos em que os blocos poderiam desfilarem, para que pudessem ser contemplados com a provisão de infraestrutura de brigadistas, banheiros químicos e segurança privada.

Apesar dessa nova tentativa de supressão da festa carnavalesca na cidade, o carnaval de 2020 foi ainda maior que o de 2019. A fim de tentar mensurar esse crescimento, a Tabela 1 apresenta os números de blocos e seus desfiles, nos anos de 2019 e 2020. Deve-se ressaltar que esta análise considera as manifestações artísticas e culturais realizadas pelos blocos carnavalescos independentes de Curitiba tanto nos dias de carnaval, quanto nos meses que o antecedem, iniciando a contagem no dia primeiro de janeiro. A partir da divulgação dos eventos via redes sociais, foi possível mapear o ponto de concentração e dispersão das saídas dos blocos, bem como contabilizá-las.

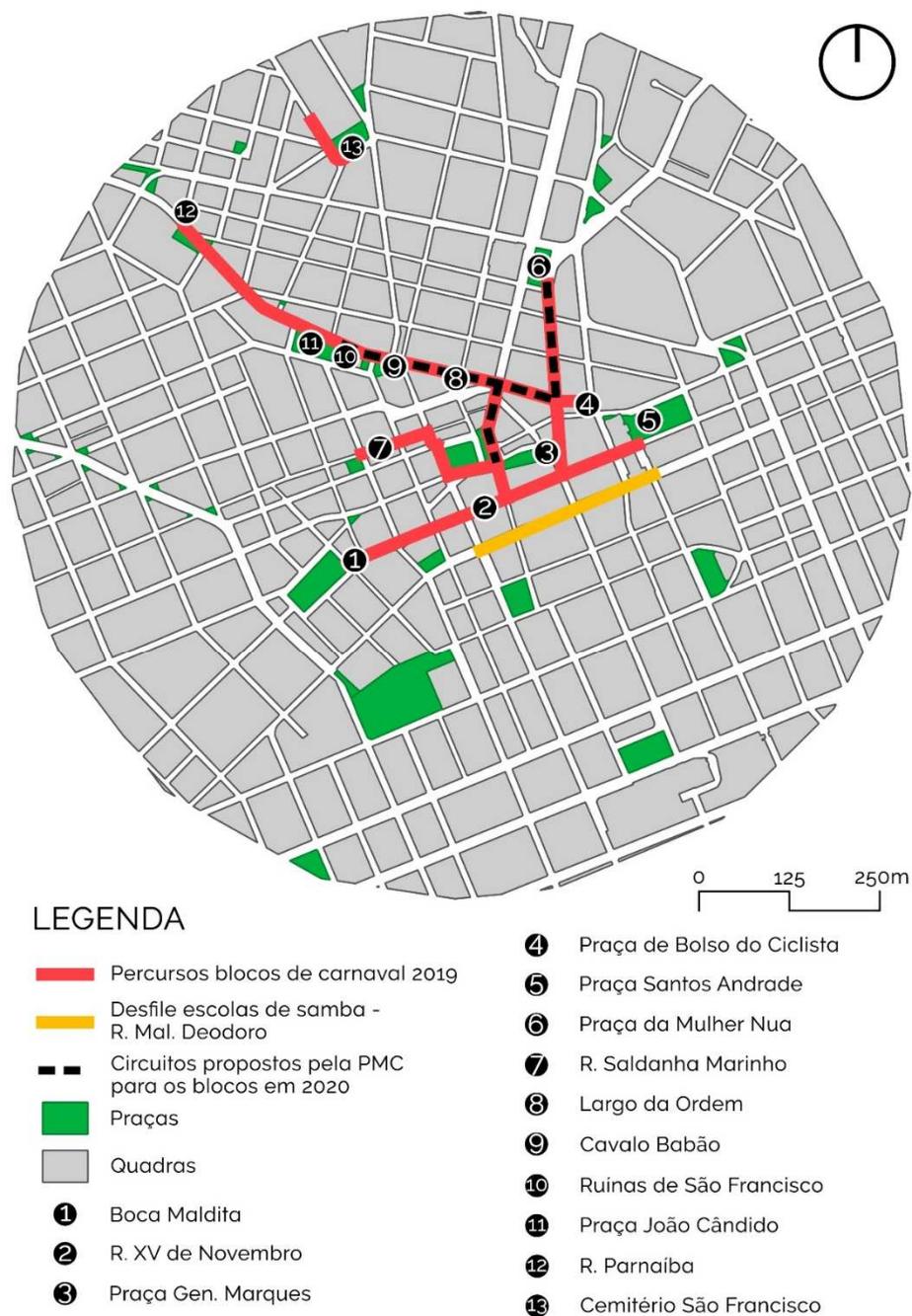
Tabela 1: comparativo entre o Carnaval curitibano de 2019 e 2020.

Carnaval curitibano	2019	2020	Variação (2019 – 2020)
Nº de blocos	17	27	+59%
Nº de eventos	51	64	+25%

Fonte: Elaboração própria.

A seguir, a Figura 4 apresenta um recorte da região central da cidade, onde ocorreram 46 das 51 saídas de 2019, e 61 das 64 de 2020. Em tracejado preto pode-se observar os espaços destinados pela Prefeitura para os desfiles do carnaval de rua em 2020. Considerando os trajetos realizados pelos blocos em 2019 (indicados em rosa), percebe-se a tentativa da gestão municipal em reduzir ainda mais os lugares do carnaval no município.

Figura 4 – Principais espaços do carnaval de Curitiba atualmente.



Fonte: Elaboração própria.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crítica de Lefebvre (2001) ao cotidiano diz respeito ao predomínio do valor de troca da cidade, em detrimento do valor de uso. O filósofo coloca o cotidiano no centro das discussões porque é nele que se produzem e reproduzem as relações sociais capitalistas. O estereótipo da vida cotidiana fragmentada entre “casa – deslocamento – trabalho – deslocamento – casa”, retratado como miséria generalizada, é surpreendentemente reforçado quando considerados os lazeres, vendidos como forma de fuga ao cotidiano, mas que, na verdade, são o outro lado do cotidiano alienado. Uma vez que a carnavalização implica na quebra desse cotidiano, ao mesmo tempo que é catalisadora da vida urbana e meio de apropriação dos espaços públicos, deve-se pensar maneiras de incentivar tais manifestações.

É evidente a relação histórica da atuação do Estado (no papel da Prefeitura) nos territórios do carnaval de Curitiba, e, ainda que os números do carnaval de Curitiba não sejam tão expressivos quanto os de outras capitais, se faz necessário pensar essa festa de maneira estratégica, por se configurar como uma opção de lazer democrática e que traz em seu bojo demandas e questões importantes para a população local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. Política. São Paulo, SP: Martin Claret, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. São Paulo: Hucitec/UnB, 1987.

BAPTISTA, Selma. 2007. "Academia.edu". Carnaval curitibano. Notas introdutórias ao seu estudo. Performance, Mediações e Políticas Culturais. Disponível em: <<https://goo.gl/iE8WrW>>. Acesso em 10 de outubro de 2018.

BEZERRA, A. C. A. Festa e cidade: entrelaçamentos e proximidades. *Espaço e Cultura*, UERJ, RJ, n. 23, p. 7-18, jan./jun. 2008.

BLUM, Caroline Glodes. Carnaval curitibano: o "lugar" de uma festa popular na cidade. 2013. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/36861>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRAGA, S.S.; VIEIRA, L.M. Análise da viabilidade turística e cultural do carnaval de Belo Horizonte (MG). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.6, n.5, nov-2013/jan-2014, pp.910-925

CALDAS, A. C. Pretinhosidade resgata raiz popular do Carnaval em Curitiba. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2019/01/31/pretiniosidade-resgata-raiz-popular-do-carnaval-em-curitiba>. Acesso em: 29 ago. 2021.

DRIESSEN, Julia Basso. Garibaldi & Sacis: Uma iniciação à alegria. 2010. 95 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/arquivos/DRIESSEN,%20Julia%20Basso.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2021.

FOTOFOLIA, Coletivo. Álbuns. Curitiba. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/fotofolia/photos/?ref=page_internal>. Acesso em: 09 out. 2021.

FREITAS, João C. A Escola de Samba Colorado: a primeira escola de samba de Curitiba. Monografia. Aperfeiçoamento/Especialização em História da Música Popular Brasileira. Faculdade de Artes do Paraná. Orientador: prof^o Dr^o Marcos Francisco Napolitano de Eugenio. Curitiba, 2004.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. Edital nº 006/2019. Edital de chamamento público para cadastramento de blocos carnavalescos para o pré-carnaval de rua de Curitiba - 2020. Disponível em: <<http://www.fundacaoculturaldecuitiba.com.br/pub/file/EDITAL%20CHAMAMENTO%20BLOCOS%20-%20vs%201501.pdf>>. Acesso em: 28 de ago. 2021.

Governador sugere evento como a Marcha para Jesus no Carnaval de Curitiba. Portal Bem Paraná, 2019. Disponível em: <<https://www.bemparana.com.br/noticia/governador-sugere-evento-como-a-marcha-para-jesus-no-carnaval-de-curitiba>>. Acesso em 04 out. 2021.

GUIMARÃES, Alice Demattos; TORRES, Ramon da Silva. Festa e cidade: e aí?. Multiface, Belo Horizonte, v. 2, p.6-12, jul. 2014. Disponível em: <<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/multiface/article/view/2848>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

HARVEY, David. The right to the city. New Left Review, Londres, n. 53, 2008. Disponível em: < <https://newleftreview.org/issues/II53/articles/david-harvey-the-right-to-the-city>>. Acesso em 27 out. 2019.

IPHAN. Ministério da Cidadania. Carnaval brasileiro é caracterizado por bens culturais protegidos pelo Iphan. 2016. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3469/carnaval-brasileiro-e-caracterizado-por-bens-culturais-protetidos-pelo-iphan>>. Acesso em: 04 set. 2019.

LEFEBVRE, Henry. O direito à cidade. São Paulo: Editora Moraes Ltda, 1991.

MAES, Jessica. Pré-carnaval em Curitiba: bloco Garibaldi e Sacis arrasta multidão há 20 anos. Gazeta do Povo, Curitiba, 22 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/pre-carnaval-em-curitiba-bloco-garibaldi-e-sacis-arrasta-multidao-ha-20-anos-94h62vnle4uhywzlz4g61wywuk/>>. Acesso em: 14 out. 2021.

MONTE-MÓR, R. L. M. What is the urban, in the contemporary world. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, v.21, n.3, p.942 – 948.

ROHDEN, Julia. Pré-carnaval independente quebra estereótipos nas ruas de Curitiba. Brasil de Fato. Curitiba, 02 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/02/02/pre-carnaval-independente-quebra-estereotipos-nas-ruas-de-curitiba-confira-a-agenda/>>. Acesso em: 20 out. 2021.

SAPIA, Jorge. Blocos de Carnaval: a arte do encontro nas ruas da cidade. Disponível em: <https://www.academia.edu/5192935/Blocos_de_Carnaval_a_arte_do_encontro_nas_ruas_da_cidade>. Acesso em: 08 fev. 2021.

SIQUEIRA, Gustavo Silveira VASQUES, Pedro H. R. Prado. O carnaval de rua do Rio de Janeiro como uma possibilidade de exercício do direito à cidade. Revista da Faculdade de Direito – UFPR, Curitiba, vol. 60, n. 1, jan./abr. 2015, p. 137-161.

TEZZA, C. Carnaval em Curitiba. Caderno de Idéias, nº 8, Curitiba, fevereiro de 2004. Disponível em < http://www.cristovaotezza.com.br/textos/contos/p_carnavalcuritiba.htm>. Acesso em: 30 ago. 2021.

VIACAVA, Vanessa Maria Rodrigues. Samba quente, asfalto frio: uma etnografia entre as escolas de samba de Curitiba. 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/25512>>. Acesso em: 20 nov. 2021.